

PROJETO RECONTA: COLEÇÃO DE VIVÊNCIAS LGBTQIAP+ EM SERGIPE

Gabriel Chagas Rodrigues¹, STL/CHS, e-mail: gabriel.crodrigues@souunit.com.br;
Fernanda Rodrigues Messias¹, STL/CHS, fernanda.messias@souunit.com.br;
Thaísa de Oliveira Cristino¹, STL/CHS, e-mail: thaisa.cristino@souunit.com.br;
Marcela de Carvalho Silva², STL/CHS, e-mail: psi.marcela@live.com;

Centro Universitário Tiradentes¹ /Psicologia/ Aracaju, SE.
Faculdade Estácio de Sergipe² /Psicologia/ Aracaju, SE.

7.07.05.00-3 Psicologia Social 7.07.05.02-0 Processos Grupais e de Comunicação

RESUMO: O presente trabalho busca promover a reflexão e o reconhecimento a respeito da existência de figuras ilustres da comunidade LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Identidade não-binárias) que residem em Aracaju/SE, através de produção audiovisual contendo os relatos de três personalidades convidadas, em função de criar um espaço inspirador, de representatividade e visibilidade para dentro da comunidade, assim como para o público geral. Este se apresenta como objetivo do trabalho, tendo em vista os diversos preconceitos e violências que pessoas LGBTQIAP+ sofrem diariamente.

Diante desta situação, visto que a sociedade assume papéis diversos, principalmente no Brasil, um país que é atravessado por crenças religiosas e culturais que refletem, em seus posicionamentos, o preconceito e marginalização, pois lidera o ranking de violências e assassinatos contra a população LGBTQIAP+. Alinhando-se também à posição de vulnerabilidade, que ainda é alarmante e, conseqüentemente, inviabiliza suas vivências dentro dos núcleos sociais.

Dessa forma, o registro de experiências reais como forma de chamar atenção para as urgências da comunidade, além de inspirar pessoas LGBTQIAP+, demarca nossa resistência e constrói uma comunicação ou práticas inclusivas e diversas. Nesse contexto, a partir da produção audiovisual, é possível evidenciar a importância da ocupação de corpos/vidas em todos os espaços de destaque, criando representatividade, visibilidade e resistência das vivências LGBTQIAP+.

Os vídeos serão divulgados no instagram do Projeto Remonta (@projeto_remonta) em formato de IGTV (Instagram Television), ferramenta de apoio, integrada à plataforma que permite o compartilhamento de vídeos verticais com até uma hora de duração e no canal do YouTube: Projeto Remonta. A frequência das postagens será executada no dia 20 de cada mês, englobando os meses de outubro, novembro e dezembro. A produção e edição do vídeo será realizada com o auxílio de materiais audiovisuais como: câmera, microfone, luzes e o programa de edição de vídeo Adobe Premiere Rush.

Vide a magnitude da luta diária de pessoas LGBTQIAP+, o presente trabalho se coloca em posição de exposição e de busca por maior enfoque nas narrativas da comunidade. De maneira objetiva, é previsto que a presença massiva de célebres relatos divulgados para o grande público sejam capazes de mobilizar a rede de

apoio em prol dessa luta, além de dar enfoque na resistência dessa população, de forma que as vozes desses representantes da comunidade LGBTQIAP+ ecoem por múltiplos espaços, levando a inspiração e conscientização que a causa precisa para seguir se destacando e quebrando padrões.

Palavras-chave: Audiovisual, Representatividade, Resistência.

ABSTRACT: The present study pursues the reflection and recognition about the existence of important figures inside of the LGBTQIAP+ (Lesbians, Gays, Bisexuals, Transsexuals, Queer, Intersexuals, Asexual and Pansexual) community, that lives in Aracaju/SE, through audio-visual production containing the stories about three invited personalities, looking forward to create an inspirational space, of representativity and visibility within the community, and to the general public as well. This is the main focus of this study, owing to the various violences and ways of prejudice that LGBTQIAP+ go through on a daily basis.

Facing this situation, and because society assumes a lot of roles, especially in Brazil, a country crossed by many cultural and religious beliefs that reflects, on to their positioning, marginalization and prejudice, because it leads the violence and murders rankings against the LGBTQIAP+ community. Aligning to all this there's also the vulnerability position, that is still really alarming, in consequence to that, it unveils the stories within the social core.

This way, the real experience registering is used as a way to call attention to the community's urges, besides inspiring LGBTQIAP+ people, demarcating our resistance and building a communication or inclusive and diverse practices. Following, through an audio-visual production, is possible evidence the importance of bodies/lives occupational multiple highlights spaces, creating representativity, visibility and resistance of the LGBTQIAP+ experiences.

The videos will be shared on the Projeto Remonta Instagram (@projeto_remonta) on the IGTV (Instagram Television), support tool integrated to the platform that allows the sharing of vertical videos within an hour long, and also on the Youtube Channel: Projeto Remonta. The frequency of posts will be every 20th of the month, in October, November and December. The production and editing process of the video will be made by audio-visual materials such as: camera, microphone, lights and Adobe Premiere Rush as the editing program.

Owing to the magnitude of the daily struggles of the LGBTQIAP+ people, the current study presents itself in the exposing and focusing position of the communities narratives. In an objective way, is predicted that the massive presence of renowned narratives within the community shared to the big public will be able to mobilize the support network towards this fight, besides giving emphasis in the resistance of this population, in a way that the LGBTQIAP+ representatives voices echoes through multiple spaces, carrying inspiration and awareness to what the cause needs to keep being on highlight and breaking patterns.

Keywords: Audio-visual, Representativity, Resistance

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	4
3.	OBJETIVOS	6
3.1	Objetivo Geral	6
3.2	Objetivos Específicos	6
4.	PÚBLICO ALVO	6
5.	MÉTODO	6
6.	CRONOGRAMA	7
7.	RECURSOS HUMANOS, FÍSICOS, FINANCEIROS E MATERIAIS	7
7.1	Recursos Humanos e Físicos	7
7.2	Recursos Financeiros e Materiais	8
8.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
8.1	Contexto Histórico dos Movimentos LGBTQIAP+ e ONGs Aliadas	9
8.2	Caminhada do Movimento LGBTQIAP+ em Sergipe	12
8.3	A Problemática e Importância da Representatividade e Visibilidade da Causa LGBTQIAP+ na Mídia	14
9.	RESULTADOS	18
10.	CONCLUSÃO	20
11.	REFERÊNCIAS	21
12.	Apêndice A - Termo de Autorização	24

1. INTRODUÇÃO

A comunidade LGBTQIAP+ sofre diariamente sendo alvo de preconceitos, violências e negligências. É de grande importância que seja realizado o acolhimento dessa população, que por passar por tantos desafios tem sua saúde mental extremamente fragilizada. Como citado por Silva, Melo e Mello (2019, pág. 6) “A frequente exposição a discriminação e ao desrespeito adicionada a expectativa de rejeição e necessidade de dissimulação de sua identidade impacta negativamente na saúde mental destes indivíduos”.

Segundo um estudo sobre suicídio e depressão na população LGBTQIAP+ realizado por Oliveira e Vedana (2020) foram encontrados em blogs pessoais 916 publicações, com conteúdos de sofrimento e comportamento autodestrutivo, rejeição e autodepreciação, vulnerabilidade emocional e depressão. No relatório anual do Gupo Gay da Bahia, (2019), o índice de suicídio LGBTQIAP+ por orientação sexual foi de 37,5% entre gays, 31,25% entre transexuais e 21,7% entre lésbicas. Se analisados os dados por faixa etária, 40,62% das pessoas são vítimas entre as idades de 14 à 35 anos.

A situação da população LGBTQIAP+ frente a sociedade assume papéis diversos, principalmente no Brasil, um país que é atravessado por crenças religiosas e culturais que refletem em seus posicionamentos, o preconceito e marginalização da sigla. Dessa forma, a posição de vulnerabilidade ainda é alarmante e constante evidenciando como “a violência contra a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais é um exemplo vivo do espelho desses estereótipos impostos à sociedade” (RESENDE, 2016). A face do preconceito e da LGBTfobia vai além das violências físicas e verbais, abrangendo também questões de igualdade de direitos, com a visão centrada no preconceito em uma abordagem sistemática, Costa e Nardi (2015) conceituam como atitudes adversas direcionadas à uma pessoa que pertence a um grupo simplesmente por pertencer, o que tem correlação com o que traz Junqueira (2007) com uma visão de que os comportamentos de ordem homofóbica teriam a influência de um discurso patológico já que:

“O termo costuma ser empregado quase que exclusivamente em referência a conjuntos de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação a

pessoas homossexuais ou assim identificadas. Essas emoções, em alguns casos, seriam a tradução do receio (inconsciente e “doentio”) de a própria pessoa homofóbica ser homossexual (ou de que os outros pensem que ela seja).” (JUNQUEIRA, 2007, pág. 4).

No Brasil, em 2004 foi lançado em uma colaboração do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação o programa Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e Discriminação contra GLTB e de Promoção de Cidadania Homossexual, que tem como objetivo o estabelecimento de uma mudança de posicionamentos e comportamentos, trazendo uma atitude positiva sem tolerância a atos de discriminação e com uma postura de “não violência” como bandeira de luta. Dentre as principais ações propostas estão: “incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLTB; disseminação de informações sobre direitos, de promoção de auto-estima homossexual; capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; e apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia.” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).

De acordo com Ayres et al. (2009, pág. 601) o conceito de vulnerabilidade foi inicialmente usado no contexto de resposta à epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) na década de 1980. Inicialmente vista como algo referente apenas à saúde por conta da alta patogenicidade do vírus, os movimentos de ativismo que ganharam força trouxeram a luta para a notoriedade das pessoas infectadas. Os autores também ressaltam que o uso do termo vulnerabilidade em diversos contextos sociais se dá por conta do significado aliado de diversas “susceptibilidades”.

Tendo em vista as condições de vulnerabilidade social nas quais a comunidade LGBTQIAP+ está inserida, é imprescindível que haja o estabelecimento de uma rede de apoio para que essa vítima tenha um suporte e busque fortalecimento de sua saúde mental.

“O apoio social pode ser conceituado, portanto, como o conjunto de relações próximas e significativas que representam o suporte recebido e percebido pelos indivíduos provenientes de recursos pessoais, profissionais e institucionais ao longo da vida, independente da constância destes recursos com a finalidade de oferecer assistência aos mesmos, principalmente em situações de risco.” (COSTA &

DELL'AGLIO, 2009; PALUDO & KOLLER, 2005, apud. SILVA & SANTOS, 2018).

De acordo com Silva e Santos (2018), um elemento importante na construção da rede de apoio social, principalmente para a pessoa trans é estar inserido numa comunidade e ter acesso a serviços públicos e sociais, como por exemplo, as Organizações não Governamentais (ONGs) e principalmente voltadas para a comunidade LGBTQIAP+, que possa ser de qualidade e promover um ambiente seguro. Nesse sentido, para Landim (1993), a denominação de ONG (Organização não Governamental) surgiu no contexto de pós-guerra por conta da ONU (Organização das Nações Unidas) e foi muito usada principalmente no Brasil em contextos políticos ou sociológicos.

“As ONGS surgem no Brasil segundo Ferrari (2004), entre o final da década de 1970 e o início de 1980, com ações orientadas pela defesa da visibilidade, produção de novos conhecimentos e pela luta de direitos civis e cidadania plena.” (ORNAT et al. 2015).

Como consta no dicionário Aurélio, a palavra ONG refere-se a órgão social sem fins lucrativos, que por sua vez não visa lucro e nem é ligado ao governo, sendo composto por um grupo independente que se dedica às ações sociais. No caso do trabalho executado pelas ONGs focadas no público LGBTQIAP+ a relevância de suas ações merece destaque principalmente as localizadas no nordeste, visto que segundo o relatório do Grupo Gay da Bahia (2019), sobre homicídios e suicídios de LGBTQIAP+ a região Nordeste lidera o índice com 35,56% de casos.

A Clínica Remonta, liderada por mulheres lésbicas e com sede em Sergipe, traz um trabalho notável, proporcionando esse acolhimento para toda a população LGBTQIAP+ em estado de vulnerabilidade social e econômica. Atuando tanto no próprio estado quanto em todo o país através do atendimento remoto, oferecendo acompanhamento psicossocial de baixo custo e voluntário, com profissionais também LGBTQIAP+ e aliados aptos para lidar com as demandas da população. Além das várias ações para a comunidade como distribuição de cestas básicas, cursos de capacitação sobre gênero e sexualidade, cursos profissionalizantes para pessoas trans e travestis, oficinas artísticas, palestras e rodas de conversas. A Remonta representa a visibilidade e

resistência em um estado que apresenta carência de políticas públicas para a comunidade e que, antes de sua fundação, ainda não possuía um lugar apto para realizar acolhimento profissional e especializado, servindo também de referência para outros estados brasileiros

Através da utilização de depoimentos em vídeo compartilhados nas redes sociais da Remonta, o Projeto Reconta busca atingir diretamente a comunidade LGBTQIAP+, ao mesmo passo que capta a atenção do público geral interessado, em busca de visibilidade e apoio, a partir do compartilhamento de histórias e vivências de pessoas que já sentiram na pele essa vulnerabilidade.

2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Remonta - Clínica LGBTQIAP+ é uma instituição voltada para o atendimento psicossocial especializado do público LGBTQIAP+, visando ser referência para todo o Brasil, pelo seu trabalho realizado na área. A ideia de sua fundação veio após questões pessoais da diretora/fundadora Marcela de Carvalho Silva virem à tona. Mestre na área de psicologia social, em sua trajetória teve contato com diversas pessoas trans e travestis. Durante sua pesquisa percebeu a necessidade de um local de atendimento especializado às demandas do público LGBTQIAP+ em Sergipe. Depois de um período de discussões a respeito, Marcela e algumas amigas, todas mulheres lésbicas, decidiram fazer o projeto acontecer. Assim nasceu a Remonta - Clínica LGBTQIAP+, espaço criado em busca de promover um local de apoio e seguro para uma população tão marginalizada. Conseguiram o apoio do Fundo Elas através do edital "Mulheres em Movimento", sendo agraciadas com capacitação e capital para enfim dar início a Remonta. No ano de 2020 a sede foi inaugurada em Aracaju-SE, localizada na Rua Promotor Arquibaldo Mendonça, bairro Suíssa.

O ambiente da Clínica Remonta é colorido, possui o nome pintado na parede com as cores características da identidade visual da Remonta, vermelho, verde, amarelo, roxo, laranja e rosa. Na entrada tem uma arte com os rostos de pessoas importantes para a história LGBTQIAP+, também possui escadas coloridas e Lettering nas paredes. Conta com salas confortáveis e seguras para atendimento psicológico, assim como salas para realização de cursos e uma sala

“cinema”, além de salas equipadas para debates e rodas de conversa. A sede é uma casa de dois andares com duas áreas externas, uma cozinha, duas salas no segundo andar, dois banheiros e um quarto nos fundos. Logo após a inauguração a Remonta foi contemplada com o fundo Emergencial: Covid-19, criado pelo Fundo Brasil que foi de grande ajuda para dar continuidade ao projeto. Apesar de não receber nenhuma ajuda do Governo, a Remonta segue firme. O Ministério Público, na época inicial do estabelecimento físico da clínica em Aracaju, forneceu materiais de apoio como Smartphones e Notebooks para que os atendimentos fossem otimizados.

Mesmo com os atendimentos presenciais suspensos a remonta seguiu com atendimentos de forma virtualizada, o número de atendimentos pela vertente voluntária cresceu, de forma que hoje a remonta busca parcerias com profissionais de todo o país para que a lista de espera seja agilizada. Hoje conta com psicólogos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Bahia, Ceará, Pernambuco e Brasília. Além disso, seguem fazendo novas parcerias através do formulário disponível no site da clínica (remontantovidias.com.br) é possível demonstrar seu interesse, e ingressar na equipe, fazendo parte do projeto.

O reconhecimento da clínica veio logo nos primeiros meses, tendo pacientes em vários estados do Brasil e inclusive pessoas de outros países. A equipe da Remonta conta com a participação de 20 psicólogos e está em busca de aumentar sua equipe. Fora os psicólogos, a Remonta também tem profissionais de Marketing, Design, Assessoria e Comunicação, Direção de arte e no ano de 2021 quatro novos estagiários entraram para a casa. Hoje a remonta atende cerca de cento e cinquenta pessoas, na faixa etária de 18 à 50 anos, sendo possível notar uma predominância de mulheres buscando atendimento.

Em parceria com a advogada que atua na clínica Alessandra Tavares, agora a remonta serve de ponte para o processo de retificação do nome social para pessoas não cisgêneras, garantindo igualdade e espaço para existir. Além das vertentes de atendimento, a remonta também pretende adicionar parcerias com terapias integrativas como reiki, ventosas e acupuntura ao catálogo de

serviços prestados, todas as terapias contando com os possíveis atendimentos por valores sociais e de forma voluntária.

3. OBJETIVOS:

3.1. OBJETIVO GERAL

Promover reflexão e reconhecimento acerca dos atravessamentos da causa LGBTQIAP+

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Convidar integrante da comunidade LGBTQIAP+
- Registrar de maneira audiovisual o depoimento individual
- Compartilhar o material coletado
- Relacionar o depoimento com dados de vulnerabilidade social sofrida pela comunidade LGBTQIAP+

4. PÚBLICO ALVO

Comunidade LGBTQIAP+ e todos aliados e interessados.

5. MÉTODO

Será produzido um vídeo, divulgado no instagram do Projeto Remonta (@projeto_remonta) em formato de IGTV, ferramenta de apoio, integrada à plataforma que permite o compartilhamento de vídeos verticais com até uma hora de duração e no canal do youtube Projeto Remonta. O conteúdo produzido seguirá como inspiração da proposta realizada por Alexandre Simone e Lucas Galdino administradores da conta @historiadeterapia, que produz conteúdo referente ao registro de depoimentos de pessoas convidadas a contar suas vivências pessoais e únicas enquanto lavam louça em suas casas.

A proposta do projeto é convidar uma personalidade notável do estado de Sergipe a contar sua história de vida e apresentar suas expressões artísticas como forma de inspiração e representatividade para o público LGBTQIAP+.

O material será publicado de acordo com sua elaboração, prevista para os meses de novembro ou dezembro. A produção e edição do vídeo foi realizada com o auxílio de materiais audiovisuais como: câmera, microfone, luzes e o editor de vídeo Adobe Premiere Rush. O vídeo contará com a presença de uma presença ilustre da comunidade LGBTQIAP+ compartilhando de forma oral sua vivência e desenvolvimento como uma minoria em um dos países mais LGBTfóbicos do mundo.

6. CRONOGRAMA

Atividades	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Revisão do projeto	x					
Roteiro 1				x		
Edição				x	x	
Postagem vídeo 1					x	
Análise dos resultados					x	x

7. RECURSOS HUMANOS ,FÍSICOS, FINANCEIROS E MATERIAIS

7.1 Recursos Humanos e físicos

A execução do projeto contou com a participação de quatro componentes, Thaísa de Oliveira Cristino, Fernanda Rodrigues Messias e Gabriel Chagas Rodrigues, estagiários do Projeto Remonta e Marcela de Carvalho Silva,

diretora/fundadora do Projeto Remonta. Thaísa estaria encarregada da criação do roteiro de cada vídeo, planejamento de cenário e disposição de decoração para compor o vídeo. Fernanda e Gabriel estariam encarregados de entrar em contato com os convidados estabelecendo datas e horários, além de realizar as filmagens, direção e organização das cenas, posteriormente a edição do material bruto, que deve atingir o tempo mínimo de três minutos. A postagem do vídeo nos meios de comunicação utilizados para divulgação: Instagram e Youtube.

Será de responsabilidade de todos o compromisso em seguir os horários e proporcionar as condições adequadas no local seguindo as normas de biossegurança e higienização de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde para com a pandemia do Coronavírus. O fornecimento da documentação necessária, incluindo o Termo de Autorização de uso de Imagem e Voz (Apêndice A). Será necessário noções básicas de filmagem e edição para a execução do projeto.

O ambiente de produção seria a sede do Projeto Remonta, onde o espaço serviria de cenário para os vídeos. Serão utilizadas as ferramentas de apoio como; câmera, microfone, luzes softbox, aplicativo de edição de vídeo Adobe Premiere Rush, materiais de maquiagem e decoração.

7.2 Recursos financeiros e materiais

Este projeto não conta com apoio financeiro externo, sendo financiado pelos autores.

Descrição	Valor estimado
Câmera	R\$0,00
Locomoção	R\$50,00
Microfone	R\$0,00
Maquiagem	R\$0,00

8. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

8.1 Contexto Histórico dos Movimentos LGBTQIAP+ e ONGs Aliadas

Para compreender a história do chamado Movimento LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais, queer, intersexo, assexuais, pansexuais e mais) no Brasil, primeiramente deve-se entender seus antecedentes no contexto histórico mundial.

Nas décadas de 1950 e 1960, quando o sistema jurídico estadunidense considerava a população homossexual “não-americana” e “subversiva”, as manifestações eram agressivas. Simultaneamente, nos Estados Unidos e na Europa, o movimento homófilo (termo utilizado na época e equivalente à homossexual) lutava contra a visão criminosa e pecaminosa da homossexualidade (PETERSON, 2018). Então, com o tempo foi criado um ambiente de tensão, que culminou na invasão policial ao bar Stonewall Inn em Nova York, no dia 28 de Junho de 1969. Esse acontecimento ficou marcado como a primeira revolta da comunidade homossexual e é considerada pontapé inicial para as Paradas do Orgulho Gay, que se passam ao redor do mundo (MATZNER, 2015).

No Brasil, quase duas décadas depois, com o fim da ditadura militar em 1985, a reabertura política abre espaço para a emergência de movimentos democráticos. Surgem, então, diversos grupos do denominado Movimento Gay. Em 1986, graças à força do movimento estudantil, a abordagem das sexualidades se fez presente pela primeira vez com o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), na cidade do Rio de Janeiro. Composto por lésbicas, gays, prostitutas e feministas, esse movimento inaugurou no cenário nacional árdios debates sobre as pautas apresentadas (DUARTE, 2014).

No entanto, a luta que até então era por liberdade e direitos civis, torna-se ao final da década de 1980, uma luta pela vida. A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), tornou-se em uma epidemia nacional, e foi batizada pela imprensa de “Peste Gay” ou “Câncer Gay”. Os movimentos militantes da época viram-se obrigados a dar uma resposta, tanto à epidemia em si, quanto à cruel imprensa.

São fundadas ONGs na Europa e nos Estados Unidos, para fins de

pesquisa e intervenção no combate à doença e pela defesa dos direitos dos soropositivos (CASTRO-SILVA, et. al, 2007, apud. NETO, 2013). Com o passar do tempo, o espaço nessas ONGs foi aberto também à profissionais do sexo, travestis, lésbicas, transexuais e a todes que se sensibilizaram com questões sociais, culturais e políticas criadas por causa da epidemia do HIV (NETO, 2013).

A importância de ferramentas sociais do terceiro setor para o acolhimento do público LGBTQIAP+ se fazem necessárias quando o poder público não intervém como necessário. As ONGs (Organizações Não Governamentais) surgem na segunda metade do século XX como forma de conter a fragilidade ou ausência de órgãos públicos, logo quando o Estado assume uma postura centralizada nos anos 1950 e 1960 (DOWBOR, 1999, apud. NETO, 2013). Com o fim da Guerra Fria e a crise de Welfare State, a ação das ONGs são de grande importância para a estratégia na preservação de direitos dos cidadãos (SANCHEZ, 2006, apud. NETO, 2013).

No Brasil durante a década de 1990, foram criadas ONGs de luta contra a AIDS (CÂMARA & LIMA, 2000, apud. NETO, 2013). Neste momento, o firmamento de parcerias com setores governamentais de saúde e diversas outras instituições do Estado torna-se um marco para o Movimento LGBTQIAP+ no Brasil (CANABARRO, 2012). Tal união mostra-se benéfica, não só em questões de saúde nacional, mas também marca uma vitória da população LGBTQIAP+ em relação aos seus direitos constitucionais, como afirma Richard Parker em seu livro “Na Contramão da AIDS: sexualidade, intervenção, política”:

“O espectro de morte que antes nos parecia tão imediato agora parece ter sido superado, ou pelo menos tem fugido das nossas vistas, devido ao desenvolvimento de novas terapias e tratamentos capazes de transformar a infecção de HIV em um problema crônico de saúde, porém administrável. [...] Os piores exemplos de discriminação e violação dos direitos humanos das pessoas vivendo com AIDS (ou dos que se suspeitam serem pessoas com comportamentos de risco para infecção pelo HIV), que há alguns anos, no início da epidemia, faziam parte da vida cotidiana, parecem estar sendo superados também, à medida que os sistemas legais e as estruturas oficiais foram acionados para combater a epidemia, reafirmando os direitos básicos de todos os seres humanos, independente de ser soropositivo ou não.” (PARKER, 2000).

Na luta pelos direitos, destaca-se a luta para desconstruir os conceitos patológicos de identidade de gênero e orientações afetivo-sexuais. Segundo Mott (2005, p. 100, apud. CANABARRO, 2012), em 1985 o Conselho Federal de Medicina deixa de classificar a homossexualidade como doença. Apenas em 1990

a Organização Mundial da Saúde substituiu o termo “homossexualismo” do DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) e do CID (Código Internacional de Doenças), passando a adotar “homossexualidade”, como uma condição de ser e orientação individual de desejo (ABGLT, 2012, apud. CANABARRO, 2012).

No Brasil, apenas em 1999 o Conselho Federal de Psicologia aprova a Resolução n.º 1/99, de 23/03/1999, que proíbe métodos terapêuticos de “cura” para homossexuais (MOTT, 2005, apud. CANABARRO, 2012). Em 1986 o Movimento começou uma campanha para incluir a proibição da discriminação por orientação afetivo-sexual na Constituição, que segue até 1989, quando a igualdade foi implementada pela Lei n.º 7.716, de 05 de janeiro de 1989, Art. 1º: “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.” Contudo, não se incluíram termos de representatividade como “orientação sexual” e “identidade de gênero” (CANABARRO, 2012).

No ano de 1990, dentro das Leis Orgânicas Municipais brasileiras de três estados e setenta e duas cidades, finalmente é institucionalizada a proibição da discriminação por orientação afetivo-sexual. Nos anos seguintes, os movimentos sociais ganharam força (CANABARRO, 2012). Em 1995 é fundada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (MOTT, 2005, apud. CANABARRO, 2012). Em 1996 a comunidade homossexual é citada no Plano Nacional de Direitos Humanos, sendo incluída entres os grupos vulneráveis.

Nos anos 2000, apesar da legitimidade da decisão do Supremo Tribunal Federal no Brasil acerca do reconhecimento de relações homoafetivas, assim como o Poder Judiciário também reconhecer as relações homoafetivas como entidade familiar desde 2011, ainda há uma grande omissão legislativa, onde são negados os direitos à diversidade sexual e de gênero. o que por outro lado a recomendação nos currículos escolares do tema transversal Orientação Sexual não qualificou a demanda de direitos dos seus atores sociais (ROCHA, 2020).

8.2 Caminhada do Movimento LGBTQIAP+ em Sergipe

Como citado anteriormente, foi na ditadura militar que se deu a reorganização civil, na qual uma certa “abertura democrática” ocorreu, viabilizando assim o cenário de lutas sociais. (MACRAE, 2018, apud. MATOS, 2020). De acordo com Pereira (2006) conforme citado por Matos (2020, pág. 136) essa foi a “primeira onda” do movimento LGBTQIAP+ no Brasil. Em 1978, quando foi criado o Somos: Grupo de Afirmação Homossexual, na cidade de São Paulo, também foi fundado o primeiro jornal homossexual do Brasil, Lampião da Esquina. Nesse jornal, o Somos trazia o movimento de quebra dos estereótipos em torno dos homossexuais, assim como também a desconstrução de nomeações. Refutavam as visões de homossexual obrigatoriamente afeminado e lésbica obrigatoriamente masculinizada. (MACRAE, 2018 apud. MATOS, 2020, pág. 137). Matos afirma a importância de mencionar que atualmente houve uma resignificação nesses termos, que eram fundados em preconceitos, como “bicha” e “sapatão”. De acordo com Melo :

[...] na esfera da “política sexual”, as dinâmicas que envolvem a criação ou a resignificação dos sentidos atribuídos às antigas categorias identitárias, têm vínculo direto com as “lutas” estabelecidas. Estas funcionam como importantes elementos na “categorização” sexual engendrada pelo movimento político LGBT e, por consequência, definidor de agendas políticas. [...] as identificações engendradas em outros campos são retrabalhadas [recategorizadas], reapropriadas pelos agentes em benefício da luta.” (2013, apud. MATOS, 2020, p. 137)

O grupo Somos agiu tanto na luta contra o código 302.0 que era utilizado pelo Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS) com intuito de classificar a homossexualidade como desvio e transtorno mental (MACRAE, 2018, p. 51 apud. MATOS, 2020, pág. 137) representando uma discriminação, quanto na mudança do termo “opção sexual” para “orientação sexual” juntamente com o Grupo Gay da Bahia (GGB) e o Triângulo Rosa, fato que deu início a “segunda onda” do movimento LGBT em terras brasileiras. (MATOS, 2020, pág.137)

Conforme citado por Matos (2020, pág.137) o momento da segunda onda foi marcado pelo enfrentamento ao vírus HIV/AIDS e a todo preconceito e discriminação enfrentado pela comunidade durante esse tempo, visto que o vírus foi associado às pessoas LGBTQIAP+ chegando a ser denominado “peste gay”. Durante a terceira onda, iniciada em 1992, Pereira (2016, pág. 122) conforme

citado por Facchini (2005) e Matos (2020) evidenciou o aumento no número de ONGs pelo país, que tinham como pauta a prevenção do HIV/AIDS começando assim uma mobilização em prol da realização de trocas entre engajados na luta LGBT e representantes do setor público. Em Sergipe, Menezes (2018) conforme citado por Matos (2020, pág. 138) afirma que houveram mobilizações e pequenas atividades que, inclusive, antecederam a formação de organizações não governamentais (ONGs).

O jornal *Lampião da Esquina* passou a ser divulgado por Wellington Andrade, que recebeu uma visita do presidente fundador do GGB, Luiz Mott, que desejava organizar um movimento em Aracaju. Andrade juntou-se com amigos e em 1981 fundou o Grupo Dialogay de Sergipe. “Lutava-se, naquele momento, pela visibilidade social da homossexualidade para além das páginas policiais, dos diagnósticos médicos e dos momentos de festividade, como o carnaval.” (MELO et al., 2018, pág. 26-27).

De acordo com Rosa (2005, pág. 23), conforme citado por Melo et al. (2018, pág. 30) em 1980, o slogan “É legal ser homossexual” era utilizado pelo grupo de forma que valorizasse a “prática homossexual”, com a “perspectiva de assumir-se em público, através de trejeitos, roupas e adereços, ou o simples ato de colocar um brinco na orelha, como uma espécie de transgressão e/ou ato de auto-afirmação”. O movimento teve que se reestruturar de várias formas para se adequar à nova realidade, durante a epidemia de HIV/AIDS, após a primeira notificação de soropositividade em Sergipe, em 1987, e a criação de um programa Estadual DST/AIDS, a secretaria de Saúde do Estado e o Dialogay se aproximaram nessa luta conjunta. (MELO; COSTA; VASCONCELOS, 2018, pág. 31).

A extinção do Grupo Dialogay de Sergipe ocorreu em 2003, deixando como legado suas várias ações em prol do movimento LGBT no estado. Outros grupos foram surgindo e trazendo as pautas de luta em Aracaju, como a Associação de Defesa dos Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Estado de Sergipe (ADHONES); a ASTRA- Direitos Humanos e Cidadania LGBT. Ambas consolidaram a Parada do Orgulho LGBT, tendo sua primeira edição em 2001. “Sendo a maior manifestação de visibilidade

LGBT no estado de Sergipe.” (MATOS, 2020, pág. 138). Segundo Mendes e Silva:

“O Ministério dos Direitos Humanos brasileiro formulou um relatório no final de 2018, que ratifica os dados do GGB e ainda estimou que 8.027 indivíduos LGBT foram assassinados no país entre 1963 e 2018, em razão de orientação sexual ou identidade de gênero.” (2020)

Ainda conforme Mendes e Silva (2020), segundo seu estudo sobre homicídios de LGBTQIAP+ ocorridos no período de 2002 a 2016, foi possível observar 3.100 homicídios segundo o GGB. Fazendo um recorte de capitais, as 15 mais críticas são as que possuem suas taxas de homicídios médias acima de 12 homicídios por 100 mil habitantes, estando Aracaju no décimo primeiro lugar com um valor de 17,26. A participação do Estado de Sergipe no movimento LGBTQIAP+ deixa seu legado até hoje, e a resistência segue presente apesar de tantos dados violentos e alarmantes.

8.3 A Problemática e Importância da Representatividade e Visibilidade da Causa LGBTQIAP+ na Mídia

“Qualquer abordagem às identidades LGBT tem como pano de fundo as tensões que envolvem.” (LEAL & CARVALHO, 2012, pág. 7). Embasado na perspectiva de Leal e Carvalho, pudemos desenvolver a ideia central da produção audiovisual do Projeto Reconta no Estado de Sergipe. Com a proposta de divulgar vivências LGBTQIAP+ a partir de um ambiente seguro e acolhedor para as histórias da comunidade, de forma que o público seja ouvido, compreendido e se torne visível aos olhos midiáticos. Como ressalta Eliséo Verón (1997), o conceito de mídia pode ser considerado como os meios de comunicação marcados pela pluralidade e a simultaneidade no acesso às mensagens. De acordo com as observações de Bonoto e Brignol:

“A mídia ocupa lugar central na cultura ao contribuir para as compreensões e produções de significados. Ela filtra e molda realidades por meio de suas representações, fornecendo critérios e referências para a condução da vida diária. Embora não seja nossa intenção analisar exaustivamente as representações construídas sobre as identidades LGBT, compreender as visões dos/as ativistas quanto aos sentidos disponíveis na mídia é fundamental para visualizar as motivações

personais e políticas que resultam na criação e manutenção das plataformas de ativismo.” (2020, pág. 8)

Os espaços midiáticos ocupados pela população LGBTQIAP+ ainda seguem por caminhos trilhados a partir da via da tolerância. “Os aspectos problemáticos da tolerância incluem sua função como forma de permissão. O termo indica que a maioria tolerante dá ‘permissão’ para que a minoria leve o tipo de vida que deseja e, conjuntamente, implica que haja uma repressão de sentimentos repulsivos da maioria perante à minoria. (SACRAMENTO & FERREIRA, 2019, pág. 3). A inclusão que por hora se faz segregatória e hierárquica dentro produção artística e da existência LGBTQIAP+ em espaços comercializáveis pode ser visto como um silenciamento que por sua vez implica na escassez de visibilidade, não somente para a causa, mas também no que tange à identificação em espaços públicos, pautas e ocupação por corpos considerados dissidentes.

Uma visão alternativa a respeito do silenciamento das pautas referentes à comunidade foi discutida por Leal e Carvalho:

O silenciamento, portanto, não pode ser entendido como recusa à voz ou à noticiabilidade, mas refere-se a modos de composição narrativa/argumentativa, tais como a circunscrição de certos temas a terrenos específicos, como o tratamento “leve” das questões LGBT que se observa na recorrência de notícias culturais, de sociabilidade e voltadas para as celebridades. (2012, pág. 21).

Partindo desse viés, é possível refletir a respeito da presença LGBTQIAP+ na internet de forma não convencional, ou seja, a partir de uma existência tolerada, e como Susan Mendus (2000, apud. SACRAMENTO & FERREIRA, 2019, pág. 2) enfatiza, “se houver uma questão de tolerância, é necessário que haja algo a ser tolerado; deve haver alguma crença, prática ou modo de vida que um grupo possa achar (embora fanaticamente ou irracionalmente) errado, equivocado ou indesejável”.

Como Sacramento e Ferreira (2019) puderam ressaltar em seu estudo “As Identidades LGBT no Brasil: entre in/visibilidade e in/tolerâncias”, os espaços que foram conquistados para a expressão das diferenças, ainda são escassos e ainda seguem uma cartilha normativa que se apresenta de forma relativamente velada atuando por meio de atos censórios e mantendo as expressões LGBTQIAP+ no âmbito do que atende às leis do espetáculo.

As manifestações das diferenças dentro das redes sociais travam uma batalha com a representação social da realidade em que: “as identidades LGBTQIAP+ são frequentemente associadas a curiosidades e fofocas e relacionadas a produtos culturais, sendo que em grande parte prevalece uma abordagem caricatural dos fatos.” (LEAL & CARVALHO, 2012, pág. 17). Nesse sentido, além de prover uma representação rasa a respeito da comunidade, é de bom tom perceber que:

“as mídias “produzem realidade”, ou seja, que não podem ser mais concebidas como simples espelhos de um real socialmente instituído, implica o reconhecimento, por um lado, de que as mídias possuem regras e modos de funcionamento próprios, que “traduzem” os acontecimentos sociais em midiáticos.” (LEAL & CARVALHO, 2012, pág. 5).

Dessa forma, a presença datada da população LBGBTQIAP+ na mídia por meio de representações banais de ser e pertencer, vai de encontro à problemática da representatividade e da visibilidade. “Bem mais que espelhos, as mídias, portanto, apresentam-se como lugares vitais de visibilidade, conhecimento e identificação social.” (LEAL & CARVALHO, 2012, pág. 6), “[...] tornaram-se também espaços de acolhimento, sociabilidade e reconhecimento.” (BONOTO & BRIGNOL, 2020 pág. 13).

Portanto, a produção audiovisual a partir da abordagem representacional de vivências LGBTQIAP+ na internet, a qual “se configura como um espaço social amplo, diversificado e menos propenso à intervenção de mediadores.” (BONOTO & BRIGNOL, 2020, pág. 12), se torna um meio de identificação e uma via de pertencimento muito poderosa, por mais que “cada indivíduo construa seus próprios significados diante do mundo, esse processamento mental é fortemente perpassado pelo ambiente comunicacional. (BONOTO & BRIGNOL, 2020, pág. 13).

Partindo da premissa de promover um local seguro, aberto e acolhedor para que a comunidade LGBTQIAP+ possa se expressar e se enxergar existente, o Projeto Reconta tomou forma e ganhou notável reconhecimento, ocupando um espaço incorporado à rede social Instagram, o qual a partir da veiculação de histórias LGBTQIAP+, pudemos hastear a bandeira do movimento, principalmente dentro Instagram do Projeto Remonta (a conta usada para nossas postagens).

Conseguimos alcançar com nosso primeiro vídeo, de acordo com os dados fornecidos pelo Instagram Insights (ferramenta para análise de métricas disponibilizadas pela própria plataforma), cerca de 8.000 pessoas ao total, que assistiram ao vídeo na íntegra, sendo elas não somente do Estado de Sergipe. O grande alcance do vídeo sela nossa proposta como válida e nos faz entender que o propósito buscado foi atingido.

Por sua vez, “os movimentos sociais diversificaram-se e, na mesma medida, se complexificaram. Fortalecidos pelos usos e apropriações das tecnologias de informação e comunicação (TICs), esses movimentos inauguraram novas formas de interação, novas redes de disseminação de conhecimento e novos mecanismos de visibilidade. (BONOTO & BRIGNOL, 2020, pág. 8). “Essa nova forma de comunicação fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade. (BONOTO & BRIGNOL, 2020, pág. 9). A estrutura do movimento social em prol da causa LGBTQIAP+ segue firme e cada vez mais em expansão, porém a luta não para.

Para além do contexto virtual e da ocupação dos corpos dentro desse ambiente, precisamos incentivar “novas formas de organização em torno de suas causas, muitas vezes extravasando, de forma complementar e simultânea, para o âmbito offline das ruas.” (BONOTO & BRIGNOL, 2020, pág. 3), “para o aprofundamento das discussões e para o combate à violência de que os sujeitos LGBT são vítimas, assim como a busca de direitos iguais. (LEAL & CARVALHO, 2021, pág. 20).

Principalmente devido ao momento político que o Brasil se encontra atualmente, as pautas LGBTQIAP+ e a veiculação de vivências como forma de inspiração, precisam se manter em posição de resistência e seguirem se fazendo presentes, a fim de combater ações de silenciamento de sua voz e apagamento de sua história, que:

“Com a subsequente eleição de Jair Bolsonaro (PSL) tais temas continuaram a receber especial atenção. Em seu primeiro ato documentado, o Presidente da República oficializou, em janeiro de 2019, uma Medida Provisória retirando a população LGBT das políticas e diretrizes destinadas à promoção dos direitos humanos, de competência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, da qual fazia parte desde 2004. Em abril do mesmo ano, determinou a proibição do uso de palavras e termos ligados ao “universo LGBT” em peças

publicitárias e de divulgação de todas ¹as empresas estatais brasileiras.” (BONOTO & BRIGNOL, 2020, pág. 3).

“As visões dos/as ativistas sobre a atenção da mídia tradicional às demandas da população LGBT são, portanto, diversas. Em comum, apresentam uma percepção positiva quanto ao papel da internet no reconhecimento e na articulação política de lésbicas, gays, bissexuais e trans.” (BONOTO & BRIGNOL, 2020 pág. 12). Sendo assim, o Projeto Reconta se coloca como meio de veiculação de vivências LGBTQIAP+ que não só emite a mensagem central de força, luta e resistência, mas também é sensível tanto a respeito do que “foi dito, quanto como foi dito e, ainda, conseqüentemente, o não-dito, as lacunas e omissões. (LEAL & CARVALHO, 2012, pág. 11).

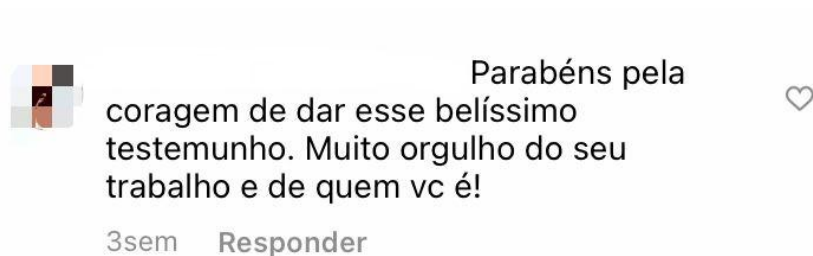
9. RESULTADOS

O depoimento colhido através do vídeo, trouxe, desde o momento da filmagem, aquilo que foi previamente mencionado a respeito da necessidade da existência de relatos dentro dos mais diversos espaços sociais. A participante Marcela de Carvalho Silva, psicóloga, mulher lésbica e coordenadora/fundadora da Remonta - Clínica LGBTQIAP+ em Aracaju-SE, relatou as violências que sofreu como parte da comunidade LGBTQIAP+ e se colocou como exemplo de representatividade e incentivo à luta. Como mulher lésbica vítima de violência física e psicológica, Marcela traz falas como: “Eu já pude escutar: ‘Nossa, esse relacionamento é de fase. Um relacionamento entre amigas’. Já pude escutar, por exemplo: ‘Nossa, você é mulher lésbica? Você é tão mulher pra ser mulher lésbica!’” (informação verbal)¹

Além de falas pertinentes sobre a luta LGBTQIAP+, nesse caso focada para a vivência lésbica da participante, tivemos a honra de receber os mais diversos comentários na publicação feita na rede social Instagram. A maioria foram de elogios à Marcela, pela coragem em relatar sua história para tantas pessoas, ao mesmo tempo que exaltam a importância desse ato como forma de inspiração e incentivo à luta. Alguns comentários (por motivos de privacidade, foram poupadas a foto de perfil dos usuários) chamaram a atenção, como os apresentados nas Figuras 1, 2 e 3:

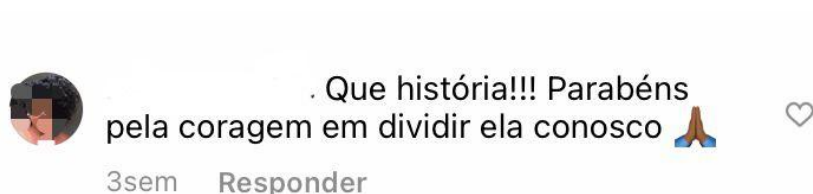
¹ Entrevista concedida por SILVA. M. C. ao Projeto Reconta por meio audiovisual, em Aracaju - SE, 2021.

Figura 1 - Comentário sobre o vídeo



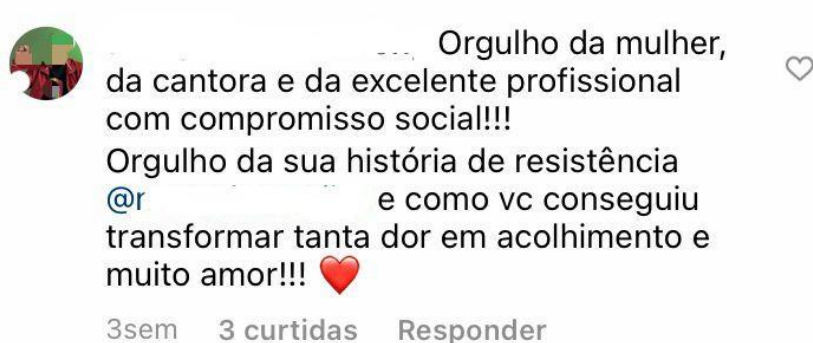
Fonte: www.instagram/projeto.remonta

Figura 2 - Comentário sobre vídeo



Fonte: www.instagram/projeto.remonta

Figura 3 - Comentário sobre vídeo



Fonte: www.instagram/projeto.remonta

10. CONCLUSÃO

A proposta inicial do Projeto Reconta era criar um ambiente virtual seguro e propício para ser palco de visibilidade LGBTQIAP+. Com isso, foi possível compreender, a partir da análise dos dados colhidos e da repercussão do vídeo, a latente necessidade de veicular o tema da representatividade LGBTQIAP+, principalmente dentro do espaço das redes sociais, a fim de

propiciar a ocupação efetivo dos corpos dissidentes LGBTQIAP+ em todos os espaços almejados.

Em consonância, a forte presença de uma personalidade LGBTQIAP+ ilustre do Estado de Sergipe estando a frente no incentivo à luta e sua importância em existir como símbolo de resistência, indica veemente que a necessidade de reafirmar corpos LGBTQIAP+, assim como a importância de demarcar nossa representatividade e ocupar um espaço de relevância dentro dos estudos acerca da visibilidade da causa. Assim, o ambiente virtual se destaca, já que o uso de redes sociais cresce a cada dia por ser encarado como um meio de livre expressão de existência.

Para além do que foi pontuado a respeito de in/visibilidade e representatividade pelo presente trabalho, é importante o aprofundamento sobre a questão dos estigmas e preconceitos dos quais a comunidade é vítima, que refletem diretamente em sua luta e em seu posicionamento, principalmente frente a mídia, que ainda é o principal veículo de representatividade e notoriedade.

11. REFERÊNCIAS

BONOTO, Carolina; BRIGNOL, Liliane Dutra. “É de confiar desconfiando”: tensões e conflitos entre o ativismo LGBT e a mídia. **Revista Contracampo**, v. 39, n. 1, 2020.

CANABARRO, Ronaldo. Por uma breve história do movimento LGBT: antecedentes, perspectivas e desafios de um movimento identitário numa época de estudos em pós-identidades. In: OLIVEIRA, Cínthia Roso; PICHLER, Nadir Antonio; CANABARRO, Ronaldo (Org.). **Filosofia e homoafetividade**. Passo Fundo: Méritos Editora, 2012. p. 193-207.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília : Ministério da Saúde, 2004.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Diversidade Sexual, Políticas Públicas E Direitos Humanos: Saúde E Cidadania LGBT Em Cena. **Temporalis**, [s.l.], v. 14, n. 27, p.77- 98, 30 ago. 2014. Revista Temporalis. <http://dx.doi.org/10.22422/2238-1856.2014v14n27p77-98>.

FERREIRA, **Aurélio** Buarque de Holanda. **Dicionário** da língua portuguesa. ISBN 978-85-240-4074-0.

Grupo Gay da Bahia. **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil**. Grupo Gay da Bahia [Internet]. 2019. [citado em 2021 jun. 02]. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2020/04/relatc3b3rio-ggb-mortes-violentas-de-lgbt-2019-1.doc>.

JUNQUEIRA, Rogério. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas: estudos gays – gêneros e sexualidades**, vol. 1, nº 1, Natal-RN, jul-dez 2007, pp.145-65

LANDIM, Leilah. **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993. doi: <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2020.168145>

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto. A grande mídia brasileira e identidades LGBT: um retrato em 2008. **Revista Diálogos de La Comunicación**, 2012.

MATOS, Samuel de Souza. A Luta Por Uma Identidade Coletiva: Aspectos Textual-Discursivos Na Construção Do Ethos Lgbt. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 24, p. 134-148, 2020.

MATZNER, Andrew. **Stonewall Riots**. [s.l.]: Cleis Press, 2015. Disponível em: http://gbltqarchive.com/ssh/stonewall_riots_S.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2021.

MELO, Marcos Ribeiro de; COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura; VASCONCELOS, Michele de Freitas Faria de. GRUPO DIALOGAY DE SERGIPE: DESMUNHECAÇÃO E LUTA CONTRA O HIV/AIDS NA DÉCADA DE 1980. **EXISTIR**. 1. ed. Tubarão. Editora Copiart, 2018.

MENDES, Wallace Góes; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma Análise Espacial. *Cien Saude Colet* 2020; 25(5):1709-1722.

MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de; GRANGEÃO, Fernanda Do Nascimento; MONTENEGRO, Francisco Ferreira Pires De Albuquerque. A Pandemia do Covid-19 e o Descortinamento das Vulnerabilidades da População LGBTQI+ Brasileira. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, p. 102-119.

Oliveira ET, Vedana KGG. Suicide, depression and sexual and gender minorities: posts published on personal blogs. **SMAD, Rev Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.** 2020;16(4):32-38.

ORNAT, Márcio José; SILVA, Joseli Maria; JUNIOR, Alcides Baptista Chimin. ESPAÇO, ONGs LGBT E CIDADANIA NO SUL DO BRASIL. **Espaço e Cultura**, n. 38, p. 35-64, 2015.

PARKER, Richard. **Na contramão da AIDS**: Sexualidade, intervenção, política. Rio de Janeiro: ABIA, 2000.

PEREIRA NETO, André de Faria et al. **Avaliação de sites de saúde em questão**: a Aids nos sites brasileiros de Organizações Não Governamentais (ONG) de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). 2013.

PETERSON, Abby; WAHLSTRÖM, Mattias; WENNERHAG, Magnus. **Pride parades and LGBT movements**. Taylor & Francis, 2018.

POCAHY, Fernando Altair; NARDI, Henrique Caetano. Saindo do armário e entrando em cena: juventudes, sexualidades e vulnerabilidade social. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 1, p. 45-66, 2007. **Enfermagem UERJ**, [S.l.], v. 27, p. e41942, out. 2019. ISSN 0104-3552. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/41942>>. Acesso em: 02 jun. 2021. doi:<https://doi.org/10.12957/reuerj.2019.41942>.

RESENDE, Livia da Silva. **Homofobia e violência contra população LGBT no Brasil: uma revisão narrativa**. 2016.

ROCHA, Damião. A importância dos espaços de sociabilidade, das ONGs, das entidades, da Universidade para a “narrativa que vem de baixo” do movimento LGBT brasileiro. **Revista Cambios y Permanencias**, v. 11, n. 1, p. 1526-1543, 2020.

SACRAMENTO, Igor et al. As identidades LGBT no Brasil: entre in/visibilidades e in/tolerâncias. 2019.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica.** Educação & Realidade ISSN 2175-6236. v. 20, n. 2. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, jul/dez 1995. p. 71-99.

SCOTT, Juliano Beck et al. El concepto de vulnerabilidad social en el ámbito de la psicología en Brasil: una revisión sistemática de la literatura. **Psicologia em Revista**, v. 24, n. 2, p. 600-615, 2018.

SILVA, Bianca Luna da; MELO, Dayana Souza de; MELLO, Rosâne. A sintomatologia depressiva entre lésbicas, gays, bissexuais e transexuais: um olhar para a saúde mental [Symptoms of depression among lesbians, gays, bisexuals, and transsexuals: a look at mental health] [La sintomatología depresiva entre lesbianas, gays, bissexuales y transexuales: una mirada hacia la salud mental]. **Revista Enfermagem UERJ**, [S.l.], v. 27, p. e41942, out. 2019. ISSN 0104-3552. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/41942>>. Acesso em: 04 dez. 2021. doi:<https://doi.org/10.12957/reuerj.2019.41942>.

Silva JF, Costa GMC. **Health care of sexual and gender minorities: an integrative literature review.** Rev Bras Enferm. 2020;73(Suppl 6):e20190192. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0192>

TOLEDO, Lívia Gonsalves; PINAFI, Tânia. A clínica psicológica e o público LGBT. **Psicologia clínica**, v. 24, n. 1, p. 137-163, 2012.

APÊNDICE A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO

(RECONTAR)

Termo de Autorização Uso de Imagem, Voz e Apresentação

Termo de autorização para divulgação de material audiovisual e slides pelo Projeto Recontar.

Nome completo: Marcela de Carvalho Silva
CPF: 041.033.305-03 E-mail: psimmarcela@live.com
Instituição: Remonta - Clínica LGBTQIAP+

Nome do evento:

Gravação do vídeo para o Projeto Recontar: Uma Coleção de Vivências LGBTQIAP+ em Sergipe

Data de realização: 02 de novembro de 2021

Nome da apresentação:

EP.1 PROJETO RECONTAR: A Vivência LGBTQIAP+ de Marcela Carvalho

Termo de autorização:

Autorizo, para todos os fins em direito admitidos, a utilização da minha imagem e voz constantes em fotos, gravações e filmagens decorrentes da minha participação no evento acima especificado, assim como autorizo a divulgação da minha apresentação em slides, sob a responsabilidade do Projeto Recontar, sendo que a referência ao meu nome, que constitui um direito moral, deverá ser respeitada sempre.

As imagens, voz e apresentação poderão ser exibidas nos relatórios parcial e final do referido evento, em apresentações audiovisuais do mesmo, em publicações e divulgações disponibilizadas em acesso aberto, por meio dos perfis em redes sociais, bem como de outros sistemas de disseminação da informação e do conhecimento.

A autorização neste termo especificada é gratuita e por prazo indeterminado. Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos à minha imagem e voz.

Aracaju - SE

Local

04 / 12 / 21

Data

Marcela de Carvalho Silva
Assinatura